

Período: 29/06 a 02/07/2015. Nº de diárias: 03 e ½ (três e meia)
Objetivo: assessoramento da gestão municipal acerca do Benefício de Prestação Continuada/BPC e BPC na escola para inserção de beneficiários e suas respectivas famílias no CadÚnico nos municípios.

HEITOR MÁRCIO PINHEIRO SANTOS

Secretário de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda

Protocolo 849388

FÉRIAS

PORTARIA Nº 1334/2015 - SEASTER

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO, EMPREGO E RENDA no uso das atribuições que lhe foram delegadas através do Decreto s/n de 01 de janeiro de 2015, publicado no DOE nº 32.798 de 01 janeiro de 2015.

RESOLVE: CONCEDER 30 (trinta) dias de férias regulamentares referentes ao período aquisitivo 2013/2014, à servidora EDNA PAULA DE OLIVEIRA DANTAS, matrícula nº. 57191498/1, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, no período de 06/07/2015 a 04/08/2015.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda, em 02 de julho de 2015.

HEITOR MÁRCIO PINHEIRO SANTOS

Secretário de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda

Protocolo 849182

ALTERAÇÃO DE FÉRIAS

PORTARIA Nº 1313/2015 - SEASTER

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO, EMPREGO E RENDA no uso das atribuições que lhe foram delegadas através do Decreto s/n de 01 de janeiro de 2015, publicado no DOE nº 32.798 de 01 janeiro de 2015.

Considerando o Memo. nº 241/2015 - DQPE, protocolo nº 2015/278762;

RESOLVE: TRANSFERIR, por necessidade de serviço, o gozo de férias da servidora CELESTE FERREIRA LOURENÇO, matrícula nº 3253767/1, ocupante do cargo de Coordenador, referentes ao exercício 2014/2015, concedidas através da PORTARIA Nº 824/2015 - SEASTER, de 19/05/2015, publicada no DOE nº 32.890 de 21/05/2015, do período de 01/06/2015 a 30/06/2015 para 01/10/2015 a 30/10/2015.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda, em 01 de julho de 2015.

HEITOR MÁRCIO PINHEIRO SANTOS

Secretário de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda

Protocolo 849169

OUTRAS MATÉRIAS

RESOLUÇÃO Nº. 004/2015/CEDPD/PA, DE 15 DE JUNHO DE 2015.

Transfere a data de realização da IV Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência e dá outras providências.

O CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA - CEDPD/PA, no uso das atribuições previstas pelos arts. 15 e 16, da Lei Estadual nº 7.204/08;

CONSIDERANDO o disposto na Portaria SDH/PR nº. 754, de 29 de dezembro de 2014, que dispõe sobre as diretrizes para organização e realização das Conferências Nacionais Conjuntas de Direitos Humanos;

CONSIDERANDO a deliberação da 93ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, que aprovou o Texto Base e Orientações Gerais para o processo conferencial conjunto;

CONSIDERANDO o disposto pela Resolução nº. 001/2015/CEDPD/PA, de 05 de fevereiro de 2015, que dispõe sobre a estrutura e composição das comissões que organizarão a IV Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência;

CONSIDERANDO o Ofício Circular nº. 05/CONADE/SNPD/SDH/PR, de 08 de junho de 2015, que informa os novos prazos para realização das Conferências Estaduais e Municipais dos Direitos da Pessoa com Deficiência;

CONSIDERANDO a deliberação da 64ª Reunião do CEDPD/PA, que reorganizou os prazos para a etapa municipal no Estado do Pará e da IV Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência;

RESOLVE:

Art. 1º. Transferir a realização da IV Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência para o período de 18, 19

e 20 de novembro de 2015, a realizar-se em Belém (PA), sob a coordenação do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência - CEDPD/PA.

Art. 2º. O tema central da IV Conferência Estadual será "Os desafios na implementação da política da pessoa com deficiência: a transversalidade como radicalidade dos Direitos Humanos".

Parágrafo Único: As atividades serão desenvolvidas por meio de 03 (três) eixos temáticos desdobrados em tantos grupos de trabalho quanto forem necessários:

Eixo I: Gênero, raça e etnia, diversidades sexual e geracional;

Eixo II: Órgãos Gestores e Instâncias de Participação Social;

Eixo III: A interação entre os Poderes e Entes Federados.

Art. 3º. A IV Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência será precedida de conferências/fóruns municipais, a serem realizados até 30 de setembro de 2015.

Art. 4º. As conferências serão realizadas naqueles municípios nos quais haja conselhos municipais dos direitos da pessoa com deficiência devidamente implantados, sendo que nos demais admitir-se-á a realização de fóruns.

Art. 5º. A convocação das conferências municipais obedecerá ao disposto na legislação de cada município.

Art. 6º. Os fóruns, sempre que possível, serão convocados pelo Poder Público Municipal. Em caso de omissão, a sociedade civil poderá constituir comissão composta por pelo menos 02 (duas) entidades com objetivo de convocar e coordenar o evento.

§ 1º. A omissão de que trata o caput do artigo ficará caracterizada caso até o dia 14/08/2015 o Poder Público Municipal não convoque a conferência/fórum.

§ 2º. Os fóruns municipais deverão ser acompanhados por representantes do CONADE ou do CEDPD/PA, salvo nas situações em que ambos os colegiados estejam impossibilitados de fazê-lo.

§ 3º. O acompanhamento de que trata o parágrafo anterior dependerá da formalização de convite com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência.

Art. 7º. O número de delegados eleitos nas conferências/fóruns municipais será determinado de acordo com o porte do município, da seguinte forma:

I - Municípios de Pequeno Porte I (Até 20.000 habitantes): 02 (dois) delegados;

II - Municípios de Pequeno Porte II (De 20.001 a 50.000 habitantes): 02 (dois) delegados;

III - Municípios de Porte Médio (De 50.001 a 100.000 habitantes): 04 (quatro) delegados;

IV - Municípios de Porte Grande (De 100.001 a 900.000 habitantes): 08 (oito) delegados;

V - Metrópole: 16 (dezesesseis) delegados.

§ 1º. Para cada delegado titular deverá ser eleito um suplente que o substituirá na forma estabelecida no Regimento Interno.

§ 2º. A composição das delegações municipais deverá obedecer ao princípio da paridade, salvo quando houver omissão do poder público.

§ 3º. Pelo menos 50% (cinquenta por cento) do total de delegados eleitos deverão ser pessoas com deficiência.

Art. 8º. Os municípios terão o prazo de 20 (vinte) dias, a contar do último dia da realização da sua conferência/fórum, para enviar ao Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência - CEDPD/PA os seguintes documentos:

I - Instrumento de convocação (edital, resolução ou portaria);

II - Relatório da Conferência/Fórum, devidamente assinado e carimbado, no qual conste expressamente:

a) Número de participantes governamentais e não governamentais;

b) Resumo das principais discussões;

c) A íntegra das propostas e moções aprovadas;

d) Relação dos delegados eleitos à Conferência Estadual;

e) Cópia da lista de frequência;

f) Cópia da relação de credenciamento contendo: nome, entidade, endereço, RG/CPF, telefone e e-mail.

Parágrafo Único: Os documentos acima relacionados deverão ser encaminhados pela via postal para a sede do CEDPD/PA, situada na Av. Almirante Barroso, 1765, bairro do Marco, CEP: 66.093-020, Belém/PA, ou por correio eletrônico, no endereço conselhopcpara@yahoo.com.br.

Art. 9º. As despesas com o deslocamento das delegações municipais até o local de realização da IV Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência, bem como o retorno aos locais de origem, correrão por conta das Prefeituras Municipais.

Art. 10. É de responsabilidade da coordenação da IV Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência garantir a hospedagem, alimentação, material da conferência e, quando necessário, o traslado dos delegados da sociedade civil dos locais de hospedagem até o local de realização do evento.

Art. 11. É de responsabilidade da coordenação da IV Conferência Estadual garantir a alimentação (almoço e jantar) e material da conferência aos delegados representantes do Poder Público durante o evento.

Art. 12. A IV Conferência Estadual será presidida pelo Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência - CEDPD/PA.

Art. 13. As despesas relativas à realização da IV Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência correrão por conta de recursos da Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda - SEASTER.

Art. 14. Participarão da IV Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência:

I - Delegados:

a) natos - 36 conselheiros (CEDPD);

b) eleitos nas Conferências/Fóruns Municipais.

II - convidados.

Parágrafo Único: Todos os delegados terão direito a voz e voto enquanto os convidados terão direito somente à voz.

Art. 15. A realização da IV Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência seguirá o estabelecido nas normas pertinentes, em especial nesta resolução e em seu Regimento Interno.

Art. 16. Os casos omissos serão tratados pela Comissão Executiva da IV Conferência Estadual, instituída pela Resolução nº. 001/2015/CEDPD.

Art. 17. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Maria Iracy Tupinambá Duarte

Presidente

Protocolo 849350

FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO PARÁ

PORTARIA

PORTARIA Nº. 826 DE 01 DE JULHO DE 2015

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO PARÁ, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pelo Decreto Governamental de 01 de janeiro de 2015, publicado no DOE 32798 de 01 de janeiro de 2015, e

Considerando o memorando nº. 054/2015 - GRH/FASEPA de 27 de março de 2015;

Despacho da SEAD de 22/06/15;

Despacho da GRH de 01/07/15;

GEMPS de 01/07/15;

R E S O L V E:

I - DESIGNAR, o (a) servidor (a) JORGE CARVALHO DOS SANTOS, matrícula nº. 3216179/ 1, ocupante do cargo de AUXILIAR SOCIAL, para responder pela Coordenação de monitoria da UASE Benevides, no período de 25/11/2014 a 16/03/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE,

FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO PARÁ

SIMÃO PEDRO MARTINS BASTOS - Presidente da FASEPA

PORTARIA Nº. 833 DE 03 DE JULHO DE 2015.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO PARÁ, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pelo Decreto Governamental de 01 de janeiro de 2015, publicado no DOE 32798 de 01 de janeiro de 2015, e Considerando o disposto no Art. 199 da Lei nº. 5810/84 - RJU;

Considerando o disposto no Artigo 199 da Lei 5.810, de 24 de janeiro de 1994;

Considerando o memorando 419/2013 - DAS, (anexo relatório informativo), cópia de Autos de execução de MSE de Johnnatan Henrique C. da Silva, B. O de nº 00028/2013.004697 - 5, Requisição de Perícia de Exame de Lesão Corporal 2013.000408 - 6, cópia de Ofício 280/2013 - Gab - Diretoria - Seccional Urbana de Ananindeua.

Considerando Parecer Jurídico nº 553/2013 - ASJUR / FASEPA;

R E S O L V E:

Art. 1º DETERMINAR, a Instauração de Processo Administrativo Disciplinar nº. 014/2015, Processo nº. 026/2015, considerando os documentos supracitados, violação de direitos de agressão física a jovem custodiado no Centro de Internação Jovem Adulto Masculino.

Art. 2º DESIGNAR, com base no Art. 205 da Lei 5.810/94- RJU os servidores; PEDRO PAULO COELHO DE ALMEIDA, ocupante do cargo de PSICÓLOGO, matrícula nº. 3206459/ 2, MARLUCE FERNANDES LIMA, ocupante do cargo de PROFESSORA, matrícula nº. 3197670/ 1 e EDNORA DO SOCORRO BARBOSA VILHENA, ocupante do cargo de PROFESSORA, matrícula nº. 3199177/ 1, todos lotados neste órgão, que sob a Presidência do Primeiro procederão às investigações;

Art. 3º CONCEDER, com base no Art. 208 da Lei 5.810/94-RJU, o prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data da publicação deste ato na forma da Lei, para que a Comissão ora designada conclua seus trabalhos e apresente relatório circunstanciado e conclusivo do que houver sido apurado;

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado;

REGISTRE-SE, DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO PARÁ

SIMÃO PEDRO MARTINS BASTOS - Presidente da FASEPA

PORTARIA Nº. 834 DE 03 DE JULHO DE 2015

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO PARÁ, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pelo Decreto Governamental de 01 de janeiro de 2015, publicado no DOE 32798 de 01 de janeiro de 2015, e

Considerando o memorando nº. 184/2015 - CASF de 01 de julho de 2015; Despacho da DAS de 01/07/2015 e GEMPES de 03/07/2015;